



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 091/CESIEP/2017  
(QOPM)

**OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



**Composição do Caderno**

Direito Constitucional	01 a 08
Direito Administrativo	09 a 16
Direito Penal Comum	17 a 24
Direito Penal Militar	25 a 32
Direito Processual Penal Comum	33 a 40
Direito Processual Penal Militar	41 a 48
Direito Civil	49 a 54
Legislação Institucional	55 a 62
Língua Portuguesa	63 a 70
Inglês	71 a 75
Informática	76 a 80



**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário. Porém, para deixar definitivamente o local de aplicação, o candidato deverá aguardar 3 (três) horas do início da prova.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. Em nenhum momento, o candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), ao término da aplicação da prova objetiva, no encerramento de todas as atividades.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

**TARDE**

**PROVA  
01**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO  
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA  
FOLHA DE RESPOSTAS!



## ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

### Direito Constitucional

1. A Constituição Federal, visando, principalmente, evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado e da Instituição do Ministério Público, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais e prevendo prerrogativas e imunidades para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado democrático de Direito.  
No tocante à organização dos poderes, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mudar temporariamente sua sede.
- (B) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.
- (C) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) O pedido de sustação do andamento de ação decorrente do recebimento de denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de sessenta dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.
- (E) Os Deputados e Senadores não podem, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
2. O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, os quais são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.  
Concernente às competências do STF, incumbe-lhe processar e julgar, originariamente, EXCETO
- (A) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (C) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

**3. Nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo desse indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal desse Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos.**

**Em relação à nacionalidade, assinale a alternativa correta.**

- (A) Conforme o critério do *ius solis*, também denominado *ius sanguines*, o que interessa para a aquisição da nacionalidade é o sangue, a filiação, a ascendência, sendo pouco importante o local onde o indivíduo nasceu.
- (B) A nacionalidade adquirida é aquela imposta, de maneira unilateral, independentemente da vontade do indivíduo, pelo Estado, no momento do nascimento.
- (C) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que haja o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- (D) O brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a Constituição da República, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extradicional daquele que é titular de nacionalidade brasileira primária ou originária.
- (E) Revela-se possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira *jure matrimonii*, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

**4. Assinale a alternativa correta tendo em vista a Constituição Federal.**

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica proposta por seu respectivo departamento competente.
- (C) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, vedada a participação de entidades não governamentais.

- (D) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos e casas de repouso credenciadas junto ao Poder Público.
- (E) Aos maiores de sessenta anos, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

**5. Consoante às disposições contidas na Constituição Federal acerca do estado de defesa e estado de sítio, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Presidente da República deve, ouvidos o Ministro de Estado da Defesa e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

**6. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, três dentre oficiais-generais do Exército, dois dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e quatro dentre civis.
- (B) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos no mínimo dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- (C) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) São privativos de brasileiro nato os cargos de oficial das Forças Armadas e de Ministro da Justiça.
- (E) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**7. Assinale a alternativa correta considerando a Constituição do Estado de Santa Catarina.**

- (A) No âmbito das competências concorrentes entre os entes federados, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (B) A Constituição do Estado de Santa Catarina pode ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de pelo menos cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, e serão suspensas cento e vinte dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.
- (D) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão de tribunal especial, em tempo de paz, ou do Tribunal de Justiça, em tempo de guerra.
- (E) O Estado aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.

**8. Referente à Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.**

- (A) Reconhecida a inconstitucionalidade, por omissão de medida para tornar efetiva norma dessa Constituição, a decisão será comunicada ao Poder competente, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para cumprimento em sessenta dias.
- (B) A administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado certidão ou cópia autenticada, no prazo máximo de quinze dias, de atos, contratos e convênios administrativos, sob pena de responsabilidade da autoridade competente ou do servidor que negar ou retardar a expedição.
- (C) A licitação e a contratação de obras públicas são proibidas no período de até cento e oitenta dias precedentes ao término do mandato do Governador do Estado, salvo situação de comprovada urgência, especificação na lei de diretrizes orçamentárias ou decorrentes de recursos provenientes de financiamentos externos ou repasses da União.
- (D) É inamovível, salvo por determinação do Governador do Estado, o servidor público estadual eleito Vereador.
- (E) A abertura de concurso público para cargo de provimento efetivo será obrigatória sempre que o número de vagas atingir um quinto do total de cargos da categoria funcional.

**9. Licitação remete à ideia de disputa isonômica, ao fim da qual será selecionada a proposta mais vantajosa aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.**

**Sobre o assunto e considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.**

- (A) As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços serão definidas pelo Congresso Nacional, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 15% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o último dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% da avaliação.
- (D) Nos leilões internacionais, o pagamento da parcela à vista poderá ser feito em até oito dias úteis.
- (E) Constitui motivo para rescisão do contrato a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a noventa dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

**10. Pode-se conceituar ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário. Nesse contexto, assinale a alternativa**

**INCORRETA considerando os diversos critérios para classificar os atos administrativos.**

- (A) Os atos de império são aqueles que a Administração impõe coercitivamente aos administrados, com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade, criando para eles obrigações ou restrições, de forma unilateral e independentemente de sua anuência.
- (B) Considera-se como ato perfeito aquele que já produziu todos os efeitos que estava apto a produzir.
- (C) Os atos de gestão são aqueles praticados pela administração na qualidade de gestora de seus bens e serviços, sem exercício de supremacia sobre os particulares.
- (D) Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser classificados em gerais e individuais, sendo que a nomeação de aprovados em um concurso público pode ser relacionada como exemplo de atos individuais.
- (E) Atos simples são os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado.

**11. Nos termos do Decreto-Lei nº 200/67, a Administração Federal é composta pela Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e pela Administração Indireta, que compreende as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas, todas dotadas de personalidade jurídica própria.**

**Em relação à temática, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em atenção aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa.
- (B) Somente por lei específica poderão ser criadas autarquias e fundações, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

- (C) É imprescindível a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, ainda que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista se tratarem de pessoas jurídicas diversas.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por serem autorizadas por lei, sujeitam-se absolutamente ao regime jurídico de direito privado.
- (E) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público, vedada a possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta, e organizada sob a forma de sociedade anônima.

**12. No que concerne ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Segundo a teoria da representação, a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de tal modo que, quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse.
- (B) Quanto à esfera de ação, os órgãos públicos podem ser classificados em ativos, consultivos e de controle.
- (C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor em estágio probatório ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) Conforme a “*Escola da puissance publique*”, o Direito Administrativo pode ser considerado como o conjunto de normas que regem as relações entre a Administração e os administrados.
- (E) Não obstante os órgãos não possuam personalidade jurídica, eles podem ser dotados de capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas.

**13. Assinale a alternativa correta segundo as disposições do Direito Administrativo.**

- (A) Leis que proíbam o nepotismo na Administração Pública não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, podendo, desse modo, ser propostas pelos parlamentares.
- (B) Para se coibir a prática, a vedação ao nepotismo exige a edição de lei formal no respectivo ente federado.

- (C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando preenchidos.
- (D) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ou não à disciplina interna da Administração.
- (E) A anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, podendo ser feita pela própria Administração Pública, com fundamento no seu poder de autotutela ou, ainda, pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.

**14. Assinale a alternativa correta tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e os preceitos de Direito Administrativo.**

- (A) Consiste em monopólio dos entes federados, dentre outras hipóteses, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (B) O ente desapropriante responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado, ainda que o período de ocorrência dos fatos geradores seja anterior ao ato de aquisição originária da propriedade.
- (C) A responsabilidade de reparar e conservar o imóvel tombado é do Poder Público autor do tombamento.
- (D) É possível a desistência da desapropriação a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem que ele tenha sido alterado de forma substancial.
- (E) Na fase executória da desapropriação, o Poder Público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação.

**15. Em relação à Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, primeiramente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- (B) Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.
- (C) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quinze dias para a tomada de preços, quando a licitação for do tipo “técnica e preço”.
- (D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de trinta dias daquela data, qualquer que seja o seu valor.
- (E) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa Lei cabe, dentre outras hipóteses, representação, no prazo de dez dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato.

**16. No tocante à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.**

- (A) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (B) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade administrativa, todo aquele que exerce, salvo se transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função nas entidades da Administração Pública.
- (C) Consoante a jurisprudência do STJ, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário.

- (D) Constitui crime, sujeito à pena de detenção de um a três anos e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- (E) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa.

**Direito Penal Comum**

**17. Em relação ao Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A pena cumprida em país estrangeiro não pode ser compensada quando o apenado retorna ao Brasil.
- (B) A pena cumprida em país estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (C) A pena cumprida em país estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil, exceto quando idênticas.
- (D) A pena cumprida em país estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil por qualquer crime, quando idênticas.
- (E) A pena cumprida em país estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil, salvo a possibilidade legal de detração.

**18. Segundo o Código Penal Brasileiro, nos dispositivos da parte geral que disciplinam a aplicação da lei penal sobre tempo e lugar dos crimes, assinale a alternativa correta.**

- (A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- (B) Nos delitos dolosos, considera-se praticado o crime tão somente no momento da ação.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento da omissão, contanto que seja o mesmo momento do resultado.
- (D) Considera-se praticado o crime no lugar apenas onde se produziu o resultado.
- (E) Nos crimes tentados, o lugar do crime não abrange aquele em que se desenvolveram os atos executórios, mas tão somente abrange aquele em que deveria produzir-se o resultado.

**19. Emoção e paixão são perturbações da psique humana. Emoção é o estado afetivo que acarreta perturbação transitória do equilíbrio psíquico, tal como na ira, medo, alegria, cólera, ansiedade, prazer erótico, surpresa e vergonha. Paixão é a emoção mais intensa, ou seja, a perturbação duradoura do equilíbrio psíquico. Dela são exemplos, entre outros, o amor, a inveja, a avareza, o ciúme, a vingança, o ódio, o fanatismo e a ambição. Sobre "emoção e paixão", o que prescreve o Código Penal?**

- (A) Emoção e paixão são elementos capazes de tornar inimputáveis aqueles que anteriormente se condicionavam como imputáveis.
- (B) Apenas a emoção considerada forte pode tornar o sujeito inimputável no momento em que o crime é executado.
- (C) A paixão só pode ser atribuída a autores de condutas delitivas que tenham como vítimas pessoas que com aqueles se relacionaram em ambiente doméstico.
- (D) Emoção e paixão não excluem a imputabilidade penal, embora em alguns casos específicos a violenta emoção possa ser adotada como causa de diminuição de pena quando somada a outros fatores.
- (E) Emoção e paixão são circunstâncias atenuantes de pena, tal como a confissão qualificada, ainda que não exista injusta provocação da vítima.

**20. Considerando a atual redação do Código Penal, cometerá o crime de "tráfico de influência" todo sujeito que praticar qual das seguintes condutas?**

- (A) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- (D) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- (E) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em

juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

**21. De acordo com o Código Penal, todo indivíduo que "dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente", estará incurso em qual tipo penal?**

- (A) Prevaricação.
- (B) Fraude processual.
- (C) Autoacusação falsa.
- (D) Comunicação falsa de crime ou contravenção.
- (E) Denúncia caluniosa.

**22. A Autoridade Policial foi notificada a respeito de suposto crime contra a dignidade sexual, após a alegada vítima relatar que fora convidada, via mensagens de aplicativo de telefone celular, por um interlocutor que conhecera em uma festa a ter um encontro sexual na casa dele. Após o esgotamento das diligências inquisitoriais pela polícia, os autos do inquérito foram remetidos ao Ministério Público para *opinio delicti*. Considerando que a dita vítima é maior de idade, deverá o membro do Ministério Público responsável pelo caso**

- (A) oferecer denúncia criminal contra o interlocutor por crime de assédio sexual (art. 216-A do Código Penal).
- (B) oferecer denúncia criminal contra o interlocutor por crime de estupro de vulnerável (art. 217 do Código Penal).
- (C) requerer derradeira diligência à Autoridade Policial, para que se produza laudo de corpo de delito sobre a vítima.
- (D) determinar a remessa dos autos para que a vítima ofereça queixa-crime por difamação contra o interlocutor.
- (E) pugnar pelo arquivamento dos autos em razão de atipicidade.

**23. O que diferencia o delito de organização criminosa, previsto no art. 1º, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 12.850 de 2013, e o delito de associação criminosa, previsto no art. 288 do Código Penal?**

- (A) O crime de organização criminosa prevê no mínimo 10 pessoas associadas para fins de cometimento de delitos, enquanto o delito de associação criminosa prevê no mínimo 3 pessoas.
- (B) O crime de organização criminosa refere-se a delitos-fins relacionados a crimes contra a administração pública, enquanto o crime de associação criminosa refere-se a delitos-fins relacionados a crimes contra o patrimônio.
- (C) O crime de organização criminosa não possui fins específicos, enquanto o crime de associação criminosa possui o fim específico de cometer outros crimes.
- (D) O crime de organização criminosa objetiva o cometimento de delitos em que as penas máximas superam 4 anos de privação de liberdade, enquanto o crime de associação criminosa pode objetivar delitos com penas máximas inferiores.
- (E) O crime de organização criminosa não exige estrutura ordenada com organização de tarefas entre seus membros, enquanto o crime de associação criminosa exige, no mínimo, hierarquia entre os envolvidos.

**24. Considerando o texto da Lei Federal nº 9.605 de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), constitui crime contra a fauna brasileira os seguintes tipos penais, EXCETO**

- (A) destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.
- (B) exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente.
- (C) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- (D) pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- (E) pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante.

## Direito Penal Militar

**25. O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.
- (C) O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- (D) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.
- (E) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

**26. Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o**

- (A) agente de segurança privada portador de arma de fogo.
- (B) militar reformado empregado na administração militar.
- (C) policial rodoviário federal.
- (D) membro do Ministério Público Militar.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

**27. Considera-se crime militar, em tempo de paz,**

- (A) o praticado por civil contra policial rodoviário federal.
- (B) o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública municipal.
- (C) o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- (D) o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.

- (E) o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.
- 28. Na visão material (essência da infração, sob o ponto de vista da sociedade), constitui o crime toda a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena; na ótica formal (captada a essência pelo legislador, transformar-se em lei), é a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena, devidamente prevista em lei. Sobre a teoria do crime militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- (B) É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.
- (C) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime unicamente a título de culpa.
- (D) O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.
- (E) Entende-se em legítima defesa quem, usando desejosamente os meios necessários, repele justa ou injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- 29. Sobre a disciplina das penas previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) A pena de morte é executada por enforcamento ou fuzilamento.
- (B) O mínimo da pena de reclusão é de um mês, e o máximo de trinta anos.
- (C) Será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- (D) A pena unificada não pode ultrapassar trinta anos, se é de reclusão ou se é de detenção.
- (E) Considera-se criminoso por tendência aquele que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

**30. São consideradas penas acessórias todas aquelas que são complementos da condenação principal. Seus efeitos são extrapenais, atingindo o âmbito administrativo, civil e político. Dentre as penas acessórias possíveis, são existentes, EXCETO**

- (A) a extradição territorial.
- (B) a exclusão das Forças Armadas.
- (C) a suspensão dos direitos políticos.
- (D) a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.
- (E) a incompatibilidade com o oficialato.

**31. Sobre os crimes militares em espécie, no que se refere à usurpação, excesso ou abuso de autoridade, é correto afirmar que**

- (A) não se pune o militar que assumir, sem ordem ou autorização, a direção de estabelecimento militar independentemente da situação de risco.
- (B) comete crime de rigor excessivo o militar que exceder a faculdade de punir o subordinado, fazendo-o com rigor não permitido, ou ofendendo-o por palavra, ato ou escrito.
- (C) pune-se com pena de reclusão todo aquele que usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.
- (D) é cabível a pena de suspensão do exercício do posto ao agente comandante que determinar, sem ordem superior e fora dos casos em que essa se dispensa, movimento de tropa ou ação militar.
- (E) o crime de "ofensa aviltante a inferior" só se processa por representação do ofendido.

**32. Em se tratando dos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa correta sobre dispositivo legal do Código Penal Militar.**

- (A) Cometerá o delito de "violência arbitrária" quem desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela.
- (B) Cometerá o delito de "condescendência criminosa" quem penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, por onde seja defeso ou não haja passagem regular, ou iludindo a vigilância da sentinela ou de vigia.
- (C) Cometerá o delito de "patrocínio indébito" quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de funcionário ou de militar.
- (D) Cometerá o delito de "cheque sem fundos" quem falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (E) Cometerá o delito de "desobediência" quem retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

**Direito Processual Penal Comum**

**33. A respeito do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- (A) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado a requerimento da perícia criminal.
- (C) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, remeterá ao Juízo competente para que aprecie a abertura de inquérito ou determine o arquivamento dos autos.
- (D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação,

poderá sem ela ser iniciado, objetivando a produção antecipada de provas.

- (E) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, independente da diligência contrariar a moralidade ou a ordem pública.

**34. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial estadual disciplinado no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, serão descartados após a conclusão da perícia criminal ordenada pela Autoridade Policial.
- (B) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que de outras provas tenha notícia.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal de Justiça.

**35. Sobre competência, questões e processos incidentes regidos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Haverá conflito de jurisdição apenas se duas ou mais autoridades judiciárias de uma mesma comarca se considerarem competentes, ou incompetentes, para conhecer do mesmo fato criminoso.
- (B) As coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto não houver trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

- (D) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono de coisa apreendida no âmbito de processo penal, o juiz determinará que sejam avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado para instituições do terceiro setor da economia.
- (E) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro, bastando a existência de indícios mínimos da proveniência ilícita dos bens.

**36. Acerca das provas entendidas como "ilícitas", assinale a alternativa correta.**

- (A) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas, especialmente quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (B) São inadmissíveis as provas ilícitas assim entendidas, porém devem elas ser mantidas nos autos do processo, para que possam sofrer apontamentos pelas partes envolvidas.
- (C) Considera-se fonte independente de prova aquela que, por si só, seguindo os trâmites contratuais, próprios da investigação particular, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- (D) A prova ilícita significa a prova obtida, produzida, introduzida ou valorada de modo contrário à determinada ou específica previsão legal.
- (E) O encontro fortuito de prova para cuja busca não se exija a adoção de qualquer providência que não a simples atuação da autoridade policial é igualmente irregular à prova tida como ilícita.

**37. Entre as medidas assecuratórias do processo, o juiz competente pode autorizar tanto a busca quanto a apreensão. Busca significa o movimento desencadeado pelos agentes do Estado para a investigação, descoberta e pesquisa de algo interessante para o processo penal, realizando-se em pessoas ou lugares. Apreensão é medida assecuratória que toma algo de alguém ou de algum lugar, com a finalidade de produzir prova ou preservar direitos. Sobre a busca e a apreensão disciplinadas pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas indispensáveis à ampla defesa do acusado.
- (B) Em casa habitada, a busca será feita de modo intransigente, ainda que se moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência.
- (C) A busca em mulher será feita por outra mulher, independente do retardamento ou prejuízo da diligência.
- (D) Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la e, se não o fizer, será fisicamente constrangido para tanto.
- (E) As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

**38. A respeito das prisões cautelares e assuntos a elas relativos, assinale a alternativa correta, conforme o direito processual penal brasileiro.**

- (A) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será custodiado na cadeia pública local até que se encontre magistrado competente para ouvi-lo em Juízo, respeitado o prazo máximo de 30 dias corridos.
- (C) Considera-se em flagrante delito quem cometeu crime que tenha deixado vestígios dignos de exame de corpo de delito.
- (D) Qualquer adulto do povo, as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (E) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal ou imediatamente convertê-la em prisão temporária.

**39. A colaboração premiada é um acordo realizado entre órgão acusador/ investigador e a defesa, com o objetivo de facilitar a persecução penal em troca de benefícios ao colaborador, reduzindo as consequências sancionatórias à sua conduta delitiva. Sobre esse meio de obtenção de prova previsto na Lei Federal nº 12.850/2013, assinale a alternativa correta.**

- (A) São direitos do colaborador participar das audiências sem contato visual com os outros acusados e cumprir pena privativa de liberdade em residência privada.
- (B) Da colaboração premiada efetuada pelo investigado ou denunciado, é necessária a obtenção de algum resultado previsto em lei, podendo ser ele a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- (C) Se a colaboração premiada for posterior à sentença condenatória, a pena não poderá ser reduzida, mas será admitida a progressão de regime, ainda que ausentes os requisitos objetivos.
- (D) A sentença condenatória poderá ser proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.
- (E) O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que proferida a sentença condenatória ou rejeitada a denúncia pelo juiz competente.

**40. Em se tratando da Lei Antidrogas (Lei Federal nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta a respeito dos dispositivos processuais presentes no referido diploma normativo.**

- (A) O inquérito policial será concluído no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 dias, quando solto.
- (B) É expressamente vedada a não atuação policial sobre os portadores de drogas que se encontrem no território brasileiro, ainda que seja suscitada a finalidade de identificar e responsabilizar o maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sob pena de incorrer o agente no crime de prevaricação.
- (C) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 horas.

- (D) Em se tratando da conduta de porte de entorpecentes para consumo recreativo, será imposta prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente.
- (E) O perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

#### Direito Processual Penal Militar

**41. Acerca da lei de processo penal militar e sua aplicação, assinale a alternativa correta.**

- (A) Nos processos judiciais em curso, as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário prevalecerão sobre as normas do Código de Processo Penal Militar em caso de antinomia.
- (B) Admitir-se-á analogia *contra legem* na integração normativa, exceto quando cercear a defesa pessoal do acusado.
- (C) A lei de processo penal militar deve ser interpretada, preferencialmente, no sentido sociológico-teleológico de suas proposições vocabulares, porque é destinada a uma categoria social apartada.
- (D) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas no Código de Processo Penal Militar apenas em tempo de guerra.
- (E) O Código de Processo Penal Militar declara como fonte do direito processual penal militar a jurisprudência das excelsas Cortes Superiores de Justiça.

**42. Sobre a polícia judiciária militar e o inquérito policial militar, assinale a alternativa correta.**

- (A) O inquérito é iniciado mediante portaria por decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que ela atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- (D) O inquérito é sigiloso, e seu encarregado não pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

- (E) A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito qualquer que seja sua conclusão.
- 43. Em se tratando das partes do processo, o que disciplina o Código de Processo Penal Militar em vigor?**
- (A) O juiz não será dado por suspeito caso tiver dado parte oficial do crime.
- (B) O juiz poderá exercer jurisdição no processo em que, como auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu parente consanguíneo.
- (C) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz, ou de propósito der motivo para criá-la.
- (D) Serão considerados inexistentes os atos praticados por juiz impedido apenas se implicarem em prejuízo à parte.
- (E) Nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, salvo os foragidos.
- 44. "Foro" é a divisão territorial onde exercem a jurisdição um ou mais juízes ou tribunais; competência, por sua vez, trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os. A respeito do foro militar e da competência para julgar ações penais militares, assinale a alternativa correta.**
- (A) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do ofendido.
- (B) É vedada a separação de julgamentos ainda que algum dos acusados esteja foragido e não possa ser julgado à revelia.
- (C) O foro militar especial não se estenderá aos civis nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares.
- (D) A competência será, de regra, determinada pelo lugar da infração; e, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (E) A competência por prerrogativa do posto ou da função decorre da natureza da infração.
- 45. Sobre as medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.**
- (A) Prescinde de mandado a busca domiciliar que não for realizada pela própria autoridade judiciária ou pela autoridade que presidir o inquérito.
- (B) A revista independe de mandado quando feita na presença de testemunha civil.
- (C) Os instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, não poderão ser restituídos enquanto interessarem ao processo, mas o farão após o desinteresse.
- (D) A autoridade militar não poderá requisitar da autoridade policial civil a realização da busca.
- (E) Estão sujeitos a hipoteca legal os bens imóveis do acusado, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob administração militar.
- 46. O Código de Processo Penal Militar prevê prisões cautelares no curso do procedimento persecutório. A respeito delas, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Se, ao tomar conhecimento da comunicação da prisão executada em suposto flagrante delito, a autoridade judiciária verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la no primeiro dia útil seguinte à ciência do evento.
- (B) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo.
- (C) As pessoas sujeitas a prisão provisória deverão ficar separadas das que estiverem definitivamente condenadas.
- (D) A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, e poderá ser feita por qualquer pessoa.
- (E) A prisão deve ser em local limpo e arejado, onde o detento possa repousar durante a noite, sendo proibido o seu recolhimento à masmorra, solitária ou cela onde não penetre a luz do dia.

**47. A prisão preventiva é uma medida cautelar de constrição à liberdade do indiciado ou réu, por razões de necessidade, respeitados os requisitos estabelecidos em lei, sem prazo determinado para sua revogação. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, a prisão preventiva pode ser decretada por autoridade contanto que fundada em determinados casos. Assinale a alternativa que apresenta apenas casos previstos na legislação.**

- (A) Segurança da aplicação da lei penal militar e garantia da ordem econômica.
- (B) Periculosidade do indiciado ou acusado e segurança da aplicação da lei penal militar.
- (C) Conveniência da instrução criminal e garantia da ordem econômica.
- (D) Garantia da ordem pública e manutenção da moralidade social.
- (E) Manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares e manutenção da moralidade social.

**48. A respeito dos atos probatórios cabíveis no processo penal militar, assinale a alternativa que corresponde ao dispositivo previsto no código respectivo.**

- (A) O interrogatório será feito, obrigatoriamente, pelo juiz, não sendo nele permitida a intervenção de qualquer outra pessoa, exceto a do defensor do acusado.
- (B) Se o acusado negar a imputação no todo ou em parte, durante seu interrogatório, será intimado a indicar as provas da verdade de suas declarações sob pena de vê-las excluídas do relatório da sentença.
- (C) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (D) Os cadáveres serão, sempre que possível, fotografados na posição em que forem encontrados, sendo expressamente vedada qualquer possibilidade de exumação.
- (E) As declarações constantes de documento particular escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário tão somente se forem reconhecidas em registro civil oficial.

## Direito Civil

**49. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB).**

- (A) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (B) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, sempre terão eficácia no Brasil, desde que garantida a reciprocidade.
- (C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- (D) O agente público não responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, mesmo em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (E) Os Governos estrangeiros não podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares, devendo ser disponibilizado imóvel para esse fim pelo governo brasileiro.

**50. João, em testamento, fez dotação especial de parte de seus bens, todos livres, para o fim de constituir uma fundação. Quando da ocasião de sua morte, foi verificado que os bens destinados à criação da fundação eram insuficientes para esse fim, não havendo previsão testamentária para outra destinação desses bens em caso de impossibilidade de constituição da fundação. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,**

- (A) a fundação não será constituída e os bens dotados em testamentos serão destinados aos herdeiros de João.
- (B) a fundação será constituída, devendo os herdeiros de João providenciarem a complementação dos bens dotados.
- (C) a fundação não será constituída e os bens dotados serão incorporados pelo Estado.
- (D) os bens serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (E) terão os herdeiros de João o prazo de 180 dias para readequarem as finalidades da fundação, de modo a que esta se adeque às limitações financeiras dos bens dotados em testamento.

**51. Assinale a alternativa correta acerca do que dispõe o Código Civil em relação aos bens.**

- (A) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de bem imóvel.
- (B) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, mesmo com a alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- (C) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- (D) Consideram-se móveis, para todos os efeitos legais, os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (E) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

**52. De acordo com o que dispõe o Código Civil acerca de condição, termo e encargo, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- (C) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- (D) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- (E) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

**53. Com base no que disciplina o Código Civil acerca de ato ilícito, assinale a alternativa correta.**

- (A) Comete ato ilícito aquele que, mesmo em legítima defesa, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.

- (B) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- (C) Não há previsão de cometimento de ato ilícito por omissão.
- (D) A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente, mesmo que outra ação menos gravosa pudesse ser tomada, não acarreta cometimento de ato ilícito.
- (E) Constituem ato ilícito os atos praticados mesmo no exercício regular de um direito legalmente reconhecido.

**54. A responsabilidade civil diz respeito ao dever daquele que comete ato ilícito em indenizar quem sofre o dano, sendo que o Código Civil procura determinar em que condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa e em que medida está obrigada a repará-lo. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece o Código Civil, assinale a alternativa correta em relação à responsabilidade civil.**

- (A) Ressalvados os empresários individuais, as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- (B) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la encerram-se com a morte do devedor.
- (D) Havendo usurpação ou esbulho do alheio, sendo a coisa restituída, não haverá direito à indenização.
- (E) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, sendo devida somente se este demonstrar ter havido dano material decorrente do ato ilícito.

**55. O artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) traz a capitulação legal para a prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, imputando-lhe a pena base de detenção de 2 a 4 anos, além de outras medidas restritivas de direito. Em seu parágrafo 1º, há a previsão do aumento de pena de 1/3 até a metade, se o agente comete o delito em certas situações. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponda a uma hipótese de aumento de pena de 1/3 até a metade no caso de cometimento de homicídio culposo na direção de veículo automotor.**

- (A) Não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- (B) Praticar o delito em faixa de pedestres ou na calçada.
- (C) Deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
- (D) Conduzir o veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
- (E) Se o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

**56. O TÍTULO II do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, – Código Penal Militar (CPM), trata sobre o CRIME, trazendo algumas concepções a respeito de erros. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que o Código Penal Militar disciplina sobre erro em seu TÍTULO II.**

- (A) No erro de fato, quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima, responde pelo crime na forma culposa.
- (B) No erro de direito, exclui-se a culpabilidade do agente, não lhe aplicando qualquer pena, quando este, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.
- (C) Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente apenas se o fato for também punível como crime doloso.

- (D) É isento de pena quem, por erro ou outro acidente na execução do crime, atinge bem jurídico diverso do visado.
- (E) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

**57. Segundo disciplina a Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, a passagem do policial-militar a situação de inatividade mediante reforma se efetua *ex-offício*, sendo que o policial-militar será reformado quando:**

- (A) for julgado temporariamente incapaz para o serviço ativo da Polícia-Militar.
- (B) estiver agregado por mais de 02 (dois) anos consecutivos ou não, por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação da Junta de Saúde, ainda que se trate de moléstia curável.
- (C) for condenado em segundo grau à pena de reforma previsto no Código Penal Militar.
- (D) for Aspirante-a-Oficial ou Praça com estabilidade assegurada e tiver determinado o Tribunal de Justiça do Estado em julgamento por ele efetuado em consequência da decisão do Conselho de Justificação.
- (E) for Oficial e tiver determinado o Comandante geral da Polícia Militar, após o julgamento por ele efetuado, em consequência da decisão do Conselho de Disciplina.

**58. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980 – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (RDPMSC).**

- (A) Dentre as punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais-militares, estão a detenção e a prisão, as quais não podem ultrapassar o limite de 15 dias.
- (B) Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares na sua manifestação elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime.

- (C) Todo Policial-militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá informar ao seu chefe imediato, obrigatoriamente por escrito.
- (D) Os policiais-militares dos diferentes círculos de oficiais e praças estabelecidos no Estatuto dos Policiais-Militares poderão ficar presos no mesmo compartimento, desde que tal ato seja expressamente autorizado pelo Comandante-Geral.
- (E) A publicação da punição imposta a oficial ou aspirante a oficial deve ser feita obrigatoriamente em Boletim Reservado.

**59. Assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 614, de 20 de dezembro de 2013, que fixa o subsídio mensal dos militares estaduais.**

- (A) O subsídio dos Militares Estaduais exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de indenização por aula ministrada, pelo exercício de atividade de docência nos Centros de Ensino das Instituições Militares estaduais.
- (B) O subsídio dos Militares Estaduais exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, de auxílio-alimentação.
- (C) Os Militares Estaduais não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporados à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Fica instituído regime de horas extras, no âmbito das instituições militares estaduais, destinado exclusivamente ao pagamento das horas trabalhadas pelo Militar Estadual em escalas de serviço extraordinárias.
- (E) Poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, outras vantagens com o mesmo título e fundamento das verbas extintas quando da adoção do regime de remuneração por subsídio, desde que expressamente autorizada pelo Governo do Estado.

**60. A Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Nesse sentido, assinale a alternativa correta em relação ao acesso às vagas dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento.**

- (A) Para o curso de formação de Sargentos, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por Cabos com no mínimo 2 anos na graduação que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.
- (B) Para o curso de formação de Sargentos, 30% das vagas ofertadas serão preenchidas por Cabos com no mínimo 2 anos na graduação que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.
- (C) Para o curso de formação de Sargentos, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Cabos com no mínimo 2 anos nesta graduação, no limite de 3 Cabos para cada vaga oferecida, dentro deste percentual.
- (D) Para o curso de formação de Cabo, 70% das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Soldados com no mínimo 2 anos na categoria de 1ª classe, no limite de 3 Soldados para cada vaga oferecida, dentro deste percentual.
- (E) Para o curso de formação de Cabo, 30% das vagas ofertadas serão preenchidas por Soldados na categoria de 1ª classe que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.

**61. A Lei Estadual nº 6.215, de 10 de fevereiro de 1983, dispõe sobre a promoção de oficiais da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Há previsão, nesse dispositivo legal de casos em que o Oficial não poderá constar de qualquer Quadro de Acesso a promoções. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponda a uma hipótese em que o Oficial não poderá constar de qualquer Quadro de Acesso.**

- (A) For preso preventivamente, ou em flagrante delito, enquanto a prisão não for revogada.
- (B) For licenciado para tratar de interesse particular.
- (C) For condenado à pena de suspensão do exercício do posto, cargo ou função, previsto no Código Penal Militar, durante o prazo de sua suspensão.
- (D) For considerado deserto.
- (E) Estiver submetido a Conselho de Justificação, instaurado *ex-officio*.

**62. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Decreto nº 19.236, de 14 de março de 1983, que regulamenta a Lei de promoção de oficiais da Polícia Militar do Estado.**

- (A) A incapacidade física temporária, verificada em inspeção de saúde, impede o ingresso em Quadro de Acesso e a promoção do oficial PM ao posto imediato.
- (B) Não será computado como serviço arregimentado, para fins de ingresso em Quadro de Acesso, o tempo passado em órgãos de apoio.
- (C) O tempo de arregimentação estabelecido para o Aspirante-a-Oficial PM e 2º Tenente PM deverá ser cumprido, obrigatoriamente, em órgãos de apoio da Polícia Militar.
- (D) As autoridades que tiverem conhecimento de ato ou atos graves que possam influir, contrária ou decisivamente, na permanência do oficial em qualquer dos Quadros de Acesso, deverão, por via hierárquica, levá-los ao conhecimento do Comandante Geral que determinará a abertura de sindicância ou inquérito para comprovação dos fatos.
- (E) Os Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM) serão organizados conjuntamente e submetidos à aprovação do Comandante-Geral da Corporação, até 30 dias antes das datas previstas para a promoção, ou extraordinariamente quando aquela autoridade determinar.

## Língua Portuguesa

### Texto I

#### Atlas da Violência mostra relação entre crimes e baixo desenvolvimento

Por Fernando Molica

Os dados do 'Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros' revelam que a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano. A análise dos 309 municípios com mais de 100 mil habitantes mostrou que as taxas de homicídios são superiores naqueles que concentram populações mais pobres, baixos índices de atendimento a crianças e adolescentes e mais casos de desocupação e de gravidez na adolescência.

Os números reforçam os contrastes entre as cidades que ficam nos extremos da tabela: Brusque (SC) e Queimados (RJ). Na primeira, a taxa de homicídios e mortes violentas ficou em 4,8 casos por 100 mil habitantes; na outra, o índice chegou a 134,9. Os municípios mais violentos se concentram nas regiões Norte e Nordeste. Os números analisados são do ano de 2016.

Os dados do Atlas mostram o tamanho da desigualdade: em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5%; a renda média por pessoa dos 20% mais pobres chegou a R\$ 505,50 na cidade catarinense e a R\$ 180 na do Estado do Rio.

Os índices de desocupação entre os 18 e 24 anos nos dois municípios foram de, respectivamente, 3,8% e 22%; os de gravidez na adolescência, de 1,3% e 2,9%. Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os "nem-nem": em Brusque, eram 1,2% do total; em Queimados, 13%. [...]

Os dados foram analisados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla, não restrita apenas à atuação policial. Para eles, "a confusão sobre a produção do trabalho policial com a produção de segurança pública gera uma injustiça para as próprias organizações policiais, pois coloca toda a carga do problema sobre as mesmas.

Desse modo, quando a situação se deteriora,

a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.” Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram “um planejamento adequado e um plano de prevenção que componham uma política de Estado”.

Adaptado de: <<https://veja.abril.com.br/brasil/atlas-da-violencia-mostra-relacao-entre-crimes-e-baixo-desenvolvimento/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

**63. Assinale a alternativa em que o trecho em destaque seja uma oração adjetiva, ou seja, tenha função de especificar ou explicar um sintagma/termo anterior da oração.**

- (A) “Os dados do ‘Atlas da Violência 2018[...]’ revelam que a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano.”.
- (B) “Os números reforçam os contrastes entre as cidades que ficam nos extremos da tabela [...]”.
- (C) “A análise dos 309 municípios com mais de 100 mil habitantes mostrou que as taxas de homicídios são superiores [...]”.
- (D) “No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla [...]”.
- (E) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos [...]”.

**64. Em “Desse modo, quando a situação se deteriora, a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.”, o conectivo em destaque estabelece no texto uma relação com o sentido de**

- (A) consequência.
- (B) concessão.
- (C) proporção.
- (D) tempo.
- (E) condição.

**65. Dentre as diferentes possibilidades de figuras de linguagem presentes no texto, assinale a alternativa em que ocorre uma Metonímia no excerto apresentado.**

- (A) “[...] a violência é menor em cidades de maior desenvolvimento humano.”.
- (B) “[...] em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5% [...]”.
- (C) “[...] a responsabilidade recai sobre os ombros das polícias.”.

- (D) “Na primeira, a taxa de homicídios e mortes violentas ficou em 4,8 casos por 100 mil habitantes [...]”.
- (E) “Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os “nem-nem” [...]”.

**66. A qual gênero pertence o texto de apoio e qual é o seu objetivo, respectivamente?**

- (A) Notícia – Expor dados de uma pesquisa e a interpretação feita dessas informações por especialistas no assunto.
- (B) Crônica – Refletir sobre a relação entre gravidez e criminalidade e argumentar sobre as causas do problema.
- (C) Editorial – Expor a opinião do veículo de comunicação e argumentar, por meio de dados, que a criminalidade ocorre por falta de políticas públicas.
- (D) Notícia – Relatar a experiência de duas cidades para combater a criminalidade.
- (E) Reportagem – Apresentar dados, objetivando levar os leitores jovens a trabalharem.

**67. Substituindo a seguinte expressão em destaque por um pronome, assinale a alternativa que atende à norma padrão da língua portuguesa:**

“Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram ‘um planejamento adequado’”.

- (A) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram-no.”.
- (B) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não lhe desenvolveram.”.
- (C) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não desenvolveram-na.”.
- (D) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não a desenvolveram.”.
- (E) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos que não o desenvolveram.”.

**68. De acordo com o contexto, assinale a alternativa que substitui adequadamente o termo destacado em:**

“No estudo, os pesquisadores frisam a necessidade de olhar a segurança pública de maneira mais ampla, não restrita apenas à atuação policial.”

- (A) Encrespam.
- (B) Refutam.
- (C) Denunciam.
- (D) Ressaltam.
- (E) Renuem.

**69. Embora a palavra “violência” tenha nove letras, ela apresenta oito fonemas, pois apresenta um dígrafo. Assinale a alternativa em que também ocorrem nove letras e oito fonemas, devido à presença de um dígrafo.**

- (A) Governos.
- (B) Homicídios.
- (C) Prevenção.
- (D) Políticas.
- (E) Município.

**70. Assinale a alternativa em que uma das vírgulas seja utilizada com a mesma função da presente no seguinte trecho em destaque no excerto:**

“[...] em Brusque, a taxa de atendimento escolar na faixa de zero a três anos era de 31,3%, em Queimados, de 14,5% [...]”

- (A) “Esse processo, frisam, faz com que sejam diminuídas as responsabilidades de governos [...]”.
- (B) “[...] em Brusque, eram 1,2% do total; em Queimados, 13%. [...]”.
- (C) “[...] as taxas de homicídios são superiores naqueles que concentram populações mais pobres, baixos índices de atendimento a crianças e adolescentes [...]”.
- (D) “Outro dado relevante é o percentual de jovens entre 15 a 24 que não estudavam nem trabalhavam, os ‘nem-nem’ [...]”.
- (E) “Os índices de desocupação entre os 18 e 24 anos nos dois municípios foram de, respectivamente, 3,8% e 22% [...]”.

## Inglês

### From Nail bars to car washes: how big is the UK's slavery problem?

by Annie Kelly

#### Does slavery exist in the UK?

More than 250 years since the end of the transatlantic slave trade, there are close to 41 million people still trapped in some form of slavery across the world today. Yet nobody really knows the scale and how many victims or perpetrators of this crime there are in Britain.

The data that has been released is inconsistent. The government believes there are about 13,000 victims of slavery in the UK, while earlier this year the Global Slavery Index released a much higher estimate of 136,000.

Statistics on slavery from the National Crime Agency note the number of people passed on to the government's national referral mechanism (NRM), the process by which victims of slavery are identified and granted statutory support. While this data gives a good snapshot of what kinds of slavery are most prevalent and who is falling victim to exploiters, it doesn't paint the whole picture. For every victim identified by the police, there will be many others who are not found and remain under the control of traffickers, pimps and gangmasters.

There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism because they don't trust the authorities, or are too scared to report their traffickers. Between 1 November 2015 and 30 June 2018, the government received notifications of 3,306 potential victims of modern slavery in England and Wales who were not referred to the NRM.

[...]

The police recorded 3,773 modern slavery offences between June 2017 and June 2018.

[...]

(Source: <https://www.theguardian.com/global-development/2018/oct/18/nail-bars-car-washes-uk-slavery-problem-anti-slavery-day>. Access: 20/10/2018)

**71. What is the main topic discussed throughout the text?**

- (A) It talks about how the slavery mechanism works through the world.
- (B) It talks about what the British government has been doing to arrest slave traffickers.

- (C) It talks about the rising number of children submitted to slavery in the UK.
- (D) It talks about data concerning the existence of slavery in the UK.
- (E) It talks about the potential victims of slavery around the world.

**72. According to the text, what is the NRM?**

- (A) It is the government's national referral mechanism which identifies and gives legal support to slavery victims.
- (B) It is the government's national referral mechanism which gives statutory support to pimps and gangmasters.
- (C) It is the government's national referral mechanism which arrests slave traffickers around the world.
- (D) It is the government's national referral mechanism which supports the slavery system in the UK.
- (E) It is the government's national referral mechanism which records the amount of slavery offences.

**73. Taking into account the following excerpt: "There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism because they don't trust the authorities (...)", mark the option which best describes the word "they":**

- (A) It is a personal pronoun which refers back to "authorities".
- (B) It is a personal pronoun which refers back to "potential victims".
- (C) It is an objective pronoun which refers back to "potential victims".
- (D) It is a reflexive pronoun which refers back to "authorities".
- (E) It is a possessive pronoun which refers back to "mechanism".

**74. In the following excerpt: "(...) the government received notifications of 3,306 potential victims of modern slavery in England and Wales (...)", the underlined words are, respectively:**

- (A) A noun; an adjective; a noun; an adjective.
- (B) An adjective; an adjective; a noun; a noun.
- (C) An adjective; a noun; an adjective; a noun.
- (D) A noun; a noun; an adjective; an adjective.
- (E) An adjective; a noun; a noun; a noun.

**75. Mark the option which Best describes the word "Who" as it appears in sentences like "There are also many potential victims who don't agree to go through the mechanism (...)".**

- (A) It is an interrogative pronoun which points out to the person which has done the action.
- (B) It is a reflexive pronoun which works as the direct or indirect object of the verb.
- (C) It is a possessive pronoun which is used to indicate the one or ones belonging to the person it refers back to.
- (D) It is an object pronoun which is used as the direct or indirect object of the verb that comes before it.
- (E) It is a relative pronoun which works as the subject of the verb following it and refers back to a person or persons.

**Informática**

**76. No Microsoft Word 2013, versão em português, uma das funcionalidades bastante utilizadas e difundidas na literatura é denominada Localizar. Qual é o comando de atalho que permite realizar a abertura do Localizar dentro do Microsoft Word 2013?**

**Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação.**

- (A) Ctrl + C
- (B) Ctrl + L
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + Shift + C
- (E) Ctrl + Shift + L

**77. Qual caminho deve ser percorrido, no Microsoft Excel 2013, para realizar a formatação da fonte de um texto dentro do arquivo?**

**Obs: Os caracteres "->" foram utilizados apenas para interpretação.**

- (A) Arquivo -> Salvar Como -> Computador -> Fontes
- (B) Inserir -> Texto -> Fontes -> Formatação
- (C) Layout da Página -> Fontes
- (D) Inserir -> Fontes
- (E) Layout da Página -> Tamanho -> Margens -> Fontes

**78. Qual é o nome da funcionalidade que existe no menu iniciar do Windows 7, versão em português, que, após a sua execução, mantém a sessão do windows na memória e coloca o computador em um estado de baixa energia para que se possa reiniciar rapidamente o trabalho?**

- (A) Suspende.
- (B) Reiniciar.
- (C) Desligar.
- (D) Hibernar.
- (E) Bloquear.

**79. Dentro do browser denominado Google Chrome, versão em português, existe uma funcionalidade que permite lembrar seus sites favoritos e aqueles que são visitados com mais frequência, armazenando o endereço dentro do browser para um próximo acesso mais fácil e rápido. Qual é o nome dessa funcionalidade?**

- (A) Downloads.
- (B) Fontes de endereços.
- (C) Pop-ups.
- (D) Cookies.
- (E) Favoritos.

**80. Um endereço de e-mail, normalmente, é composto por um padrão, protocolo, que caracteriza esse endereço como sendo de um correio eletrônico, um endereço de e-mail próprio. Dentre as seguintes opções, qual pode ser caracterizada como um endereço de e-mail?**

- (A) endereço#enderecodeemail.com.br
- (B) @enderecodeemail.com.br
- (C) #enderecodeemail.com.br
- (D) endereço@enderecodeemail.com.br
- (E) www.enderecodeemail.com.br

.....

**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

.....